

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.381.853 - RJ (2018/0269737-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : LEONOR NUNES DE PAIVA - RJ024058
AGRAVADO : JOAO BATISTA GOMES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : MUNICÍPIO DE MAGÉ

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial, manejado pelo **Estado do Rio de Janeiro**, contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que não admitiu recurso especial, sob o fundamento de que rever o entendimento da Turma julgadora, quanto à questão atinente à obrigação do Estado de arcar com os custos de internação em unidade hospitalar da rede privada na falta de leito público, implica revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

O MPF opinou pelo não provimento do agravo (fls. 428/433).

É o relatório.

De plano, verifica-se que o inconformismo nem sequer ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar o motivo adotado pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, deixando de rebater, de modo específico, a apontada aplicação do óbice da Súmula 7/STJ, fundamento autônomo e suficiente para manutenção da decisão agravada.

In casu, a parte agravante limitou-se a alegar, de forma genérica, a ocorrência de violação dos arts. 2º, § 1º, 36, § 2º e 52 da Lei 8.080/90 e artigos 480 a 482 do CPC e a não incidência da Súmula 7/STJ.

Assim, em que pese a parte agravante haver mencionado a não incidência da Súmula 7/STJ, não declinou os motivos pelos quais, no seu entender, o referido óbice não seria aplicável ao caso concreto, o que atrai a incidência da Súmula 182 desta Corte (*"É inviável o agravo do artigo 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, cabe à parte agravante, na petição do seu agravo interno, impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, na hipótese dos autos, não foi atendido.

2. Para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta que o recorrente tenha explicitado, de maneira genérica, a desnecessidade do reexame das provas dos autos para a análise da tese suscitada no apelo nobre. Faz-se necessário que o agravante, analiticamente, contraste as conclusões do acórdão combatido com os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, demonstrando que, na situação dos autos, a Súmula 7/STJ foi aplicada indevidamente. Isso contudo não ocorreu, devendo ser mantida a decisão que aplicou o óbice da Súmula 182/STJ.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 1.070.028/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 20/10/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator